

Jornal de Notícias - 3 de Dezembro de 2006

Governo vai rever subsídio que seria atribuído aos combatentes

O Governo prepara-se para rever o suplemento de pensão de reforma que iria ser atribuído aos antigos combatentes do Ultramar, segundo adiantou ontem o ministro da Defesa, Severiano Teixeira.

O responsável governamental fez estas declarações ontem de manhã, na Base Aérea nº 6, no Montijo, durante a recepção à força de fuzileiros da Marinha de Guerra e das tripulações dos C-130 da Força Aérea, que regressaram da missão no Congo.

Severiano Teixeira foi confrontado com as declarações do chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante Mendes Cabeçadas, que em entrevista ao DN/TSF levantou dúvidas sobre a capacidade

financeira do Estado em cumprir com o suplemento da pensão de reforma para os ex-combatentes, uma promessa que considerou ser demagógica "Digo isto sem hipocrisia nenhuma. Fiz três comissões, vi morrer, vi combater, mas o país não tem recursos para todos os problemas".

O ministro da Defesa esclareceu que o suplemento da pensão "é uma das várias questões que estão em cima da mesa e em que o Governo está a trabalhar". Severiano não esclareceu em que sentido poderá

avancar a decisão governamental, mas deixou fortes pistas "Naturalmente é preciso fazer opções porque os recursos não são ilimitados". Prometeu, no entanto, que a decisão final estará para "breve", que "há várias opções técnicas e estamos a estudar cada uma delas".

A ser assim será mais um motivo de discórdia com as associações e representantes de militares no activo e na reforma, uma situação que tem levado a protestos e à punição do sargento-morte David Pereira, vice-

presidente da Associação Nacional de Sargentos, que começou a cumprir na quarta-feira cinco dias de detenção, determinados pelo chefe de estado-Maior da Armada.

O tribunal administrativo de Leiria determinou a suspensão do cumprimento da sanção, que não foi, no entanto, acatada pela Marinha. Severiano Teixeira, no entanto, deixou bem claro que a "competência disciplinar

das Forças Armadas é das chefias militares e o ministro da Defesa não tem que comentar", parecendo dar assim razão à decisão da chefia da Armada.

Assim não o entende, no entanto, a Associação Nacional de Sargentos (ANS), que ontem à tarde entregou uma petição na Presidência da República e elaborada por David Pereira, "solicitando a S.Ex. o Presidente

da República e comandante Supremo das Forças Armadas, que no rigoroso cumprimento cumprimento das responsabilidades que lhe estão cometidas faça prevalecer os despachos" judiciais para suspensão da

medida disciplinar. Mas a crer na resposta de Severiano Teixeira é de crer que a solitação junto da Presidência não venha a surtir efeito.

O ambiente de tensão que se vive nas Forças Armadas em vários escalões não se limita, no entanto, às questões profissionais e de direitos, uma situação criada na sequência da divulgação pública de uma carta de

Mendes Cabeçadas ao ministro da Defesa, onde dava conta das preocupação das chefias face à forma como o poder político estava a gerir os cortes nos direitos. No entanto, Mendes Cabeçadas continua no entanto

preocupado com a forma como a carta chegou à Comunicação Social "Não levanto suspeição nenhuma, eu sei como apareceu".

O ambiente parece, de facto, confuso, numa altura em que se preparam também mudanças na chefia do Exército e talvez igualmente da Força Aérea. E nem uma nem outra foram publicamente esclarecidas.

(Carlos Varela)

A força especial dos fuzileiros regressou da missão no Congo onde também participou a Força Aérea

Uma missão reservada

A força portuguesa que regressou do Gabão, no âmbito da monitorização das eleições no Congo, era constituída por unidades especiais do Corpo de Fuzileiros e tripulações de C-130 e foi realizada no âmbito da

União Europeia. E o facto de grande parte desses elementos ser constituída pelo Destacamento de Acções Especiais justificou que na Base Aérea do Montijo, a maioria dos militares recém-chegados de África

viesses encapuzados. Foi uma medida de precaução face à presença da comunicação social, para não divulgar o rosto de homens que muitas vezes são usados em missões, no mínimo, de carácter reservado. Mais

uma vez assim aconteceu, tanto que o ministro da Defesa saudou a capacidade dos militares em realizar algumas missões de carácter complexo, mas sem deixar escapar qualquer pormenor. E o mesmo aconteceu

com o comandante da força especial, um total de cerca de 30 homens, que admitiu algumas dificuldades na realização de determinadas missões, mas recusando também entrar em elementos concretos. É que a

força portuguesa estava também integrada num módulo de operações especiais, algo que não é comum, mas que reforça a reserva da missão.

(André Kusters / Lusa)